



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PEDAGOGIA-ÁREA DE APROFUNDAMENTO DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

JANY RAQUEL DE OLIVEIRA PESSOA
NILDELANE DA SILVA BARBOSA

GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

JOÃO PESSOA-PB
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PEDAGOGIA-ÁREA DE APROFUNDAMENTO DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

JANY RAQUEL DE OLIVEIRA PESSOA
NILDELANE DA SILVA BARBOSA

GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

*Projeto submetido à disciplina de TCC I pelas
estudantes **Jany Raquel de Oliveira Pessoa** e
Nildelane da Silva Barbosa, sob orientação do
Prof. Drº Magno Alexon Bezerra Seabra,
como requisito para a elaboração do Trabalho
de Conclusão do Curso de Licenciatura em
pedagogia.*

JOÃO PESSOA-PB
2016

P475g Pessoa, Jany Raquel de Oliveira.

Gestão escolar na educação do campo / Jany Raquel de Oliveira
Pessoa, Nildelane da Silva Barbosa. – João Pessoa: UFPB, 2017.

34f.

Orientador: Magno Alexon Bezerra Seabra
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia -
Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de
Educação

1. Educação do campo. 2. Gestão democrática. 3. Política pública.
I. Barbosa, Nildelane da Silva. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376.7.07(043.2)

JANY RAQUEL DE OLIVEIRA PESSOA

NILDELANE DA SILVA BARBOSA

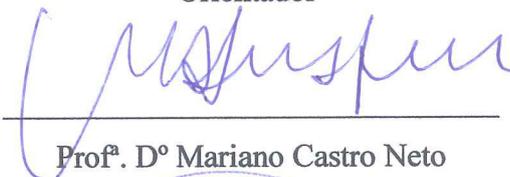
GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: ___/___/___ como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena no curso de Graduação em Pedagogia, na área de aprofundamento em Educação do Campo, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba pela banca examinadora:



Prof.º D.º Magno Alexon Bezerra Seabra

- Orientador -



Prof.º D.º Mariano Castro Neto

- Examinador -



Prof.º D.º Fábio do Nascimento FôNSECA

- Examinador -

DEDICO a DEUS por ele ter sido em minha vida, PAI, amigo, conselheiro, durante toda minha vida e em especial esse tempo de estudo, me proporcionando momentos, excelente para minha alegria e momentos difíceis para o meu aprendizado.

OBRIGADO DEUS!

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a agradecer pelo auxílio e compreensão recebidos para a concretização deste trabalho que seria constrangedor esquecer algumas.

Inicialmente dirijo meus agradecimentos à força natural e benevolente que nos rodeia, assim como diversos são os povos também é múltipla a sua denominação, mas nesse momento digo Deus, fonte de sabedoria.

A meu querido orientador deste trabalho, Magno Alexon Bezerra Seabra, a quem humildemente devo os conhecimentos apreendidos, oportunidades concedidas, por sua dedicação exemplar e intelectualidade incontestável.

Ao meu pai que contribuiu expressivamente na minha formação ética e para lutar em busca dos meus maiores sonhos.

Ao meu esposo e filhos pela compreensão nos momentos de ausência e apoio incondicional nos momentos de estudo.

A todos os professores e professoras de curso de pedagogia do Centro de Educação da UFPB que com seus ensinamentos contribuíram para o meu amadurecimento intelectual.

Por último gostaríamos de agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais um dos nossos sonhos.

“É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”. (Paulo Freire. Professora sim, tia não, p. 91).

PESSOA, Jany Raquel de Oliveira; BARBOSA Nildelane da Silva. **Gestão escolar na educação do campo**. Monografia (Graduação em pedagogia-área de aprofundamento da educação do campo). UFPB, João Pessoa/PB, 2016.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender e analisar o papel do gestor na educação do campo, tendo em vista a variável da gestão democrática da Pedagogia do campo, que tem como prioridade a formação do gestor para atuar, prioritariamente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental na educação do campo. Buscamos refletir a importância da Gestão Escolar da Educação do Campo e obtivemos através deste estudo, um maior entendimento a cerca do que seja gestão escolar na educação do campo e de tudo o que faz parte como um todo. Temos com principais objetivos específicos: fazer uma reflexão sobre a gestão escolar na educação do campo, numa visão histórica; Identificar os desafios enfrentados na gestão escolar da educação do campo. O interesse por essa temática surgiu a partir de inquietações que emergiram no decorrer dos estudos e debates em torno das questões que emergiram em grupo de estudo e congressos na área. O estudo cujo foco se localiza nos significados papel e o ator do gestor na educação do campo tem por base teórica os estudos desenvolvidos sobre a temática, dentre os quais se destacam a contribuição de Mello, (2001), Franco (2003) e Hall (2011), entre outros. A metodologia envolveu a análise documental e bibliográfica. Com o aumento das oportunidades de ensino foi concretizada a partir da instituição da legislação vigente, pois, não tem sido apropriado para gerar alterações significativas no processo de gestão escolar e no atendimento à escolarização dos povos do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Gestão Democrática, Política Pública, Movimentos Sociais e Projeto Político Pedagógico.

PESSOA, Jany Raquel de Oliveira; BARBOSA Nildelane da Silva. **School management in the field education**. Monography (Graduation in pedagogy-area of deepening the education of the field). UFPB, João Pessoa / PB, 2016.

ABSTRACT

This work aims to analyze the role of the manager in the education of the field, aiming at a variable of the democratic management of the Pedagogy of the field, which has as priority a training of manager to act, as a priority, in Early Childhood Education and in the initial years Do Elementary education in rural education. We will try to reflect the importance of the School Management of the Field Education and we intend to obtain through this study, a greater understanding about what is school management in the education of the field and of everything that is part as a whole. We have with specific main objectives: to make a reflection about the school management in the education of the field, in a historical vision; Identify the challenges faced in school management of rural education. The interest in this theme arose from the concerns that emerged in the course of studies and debates on issues of issues that emerged in a study group and congresses in the area. The study, whose focus is on the role and role of the manager in the education of the field, is based on theoretical studies on the theme, among which the contribution of Caldart(2004), Gatti (2011) and Hall 2011), among others. The methodology involved documentary and bibliographic analysis.

Key-words: Field Education, Democratic Management, Public Policy, Social Movements and Political Pedagogical Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 Educação do Campo.....	12
3 Legislação.....	20
4 Gestão democrática:breve contexto histórico.....	24
4.1 Papel do gestor escolar.....	28
5 Participação da comunidade escolar do campo.....	29
6 O Projeto Político-Pedagógico como ferramenta da gestão democrática.....	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
8 REFERENCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, vivenciamos o neoliberalismo, novas conjunturas de conhecimentos como empírico, técnico, filosófico e epistemológico, aonde tudo é vivenciado, testado e provado. A Educação do Campo é uma modalidade de ensino, isso amparada de conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/96, observamos alguns avanços em relação à Educação do Campo, mas essa modalidade de ensino sofre muitas problemáticas no seu bojo. Falta de incentivo perante a comunidade local por parte de gestores municipais nas zonas rurais, formação treinamentos dos docentes, recursos práticos e didáticos. Diante desses problemas elencados e outros mais, vimos que essa modalidade de ensino é de grande importância no letramento desses cidadãos, é preciso que o docente desempenhe sua função com sensibilidade, motivação e entusiasmo.

É preciso entender que educação é algo sério e que se um país que tem uma boa formação é necessário o incentivo e investimento, o país vem gradativamente diminuindo os índices de analfabetismo, mas é preciso muito mais para que se alcance uma educação de qualidade, é preciso que os governantes vejam com “bons” olhos a Educação do Campo, as adversidades encontradas; é preciso valorização do salário desses educadores e uma política pública que dê suporte para os profissionais de educação trabalhem com mais dinâmica e modos diversificados e facilitadores de ensino. Sendo assim, o docente sendo acolhido e atendido para desenvolver o seu papel é fator preponderante para desenvolver suas potencialidades no ensino e qualificando o alunado do campo, procurando inseri-lo no mercado de trabalho e fazendo valer a Constituição brasileira, igualdade de direitos.

Nas escolas do campo, os professores estão se aperfeiçoando, oferecendo, assim, melhores técnicas de aprender e fazer aprender de acordo com a sua realidade, e que venham a somar uma amplitude no conhecimento, uma forma de vencer, objetiva de vencer suas dificuldades tanto em questão da distância. Portanto, a qualidade de facilitação é algo tão importante, como é o ensinar as pessoas de se formarem cientificamente em curto prazo dentro de suas possibilidades humanas e reais de cada cidadão.

A Educação do Campo só tende a fundamentar mais e mais a vontade de cada profissional a investir na sua capacidade de aprender e ensinar de uma forma simples,

clara e objetiva. A gestão é fundamental para qualquer organização, e a gestão constitui uma dimensão importantíssima da educação, com a capacidade de administrar a instituição escolar é relevante para que o desenvolvimento do sujeito aprendiz. Em uma instituição escolar, o gestor desempenha um papel fundamental para o bom andamento que é o processo de ensino – aprendizagem, mas só terá êxito se for bem planejado e desenvolvido de forma integrada.

Buscaremos refletir a importância da Gestão Escolar da Educação do Campo e pretende – se obter através deste estudo, um maior entendimento acerca do que seja gestão escolar na educação do campo e de tudo o que faz parte como um todo. Toda escola precisa de uma administração, porém, quando esta se dá de forma democrática, percebe-se o quanto se pode avançar de maneira positiva rumo a uma educação de qualidade na escola e seus reflexos na gestão escolar na educação do campo propriamente dita. Na presente monografia pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos: fazer uma reflexão sobre a gestão escolar na educação do campo, numa visão histórica; identificar os desafios enfrentados na gestão escolar da educação do campo. Pretende-se com esta monografia demonstrar como a gestão escolar e a educação no campo podem ser aliadas para alcançar a finalidade da educação escolar para o desenvolvimento.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Conforme Caldart (2004), a partir da *1ª Conferência Nacional Por Um Educação Básica do Campo*, a educação teve um novo jeito de lutar e de pensar em prol de uma educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo, assim consolidando uma educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, ressaltando a diversidade de culturas, de saberes suas memórias e histórias.

A educação do campo parte da indignação de se construir outra noção do espaço rural, superando a bipartição que encara o espaço urbano como avançado e as áreas ocupadas pelos camponeses como atrasadas e traz o desejo de reconhecer e valorizar a especificidade da vida e das relações sociais e culturais. Portanto educação no campo não salienta apenas o lugar, mas seus sujeitos e suas práticas. Conforme esclarece Caldart (2004, p.26).

Uma educação que seja no e do campo. No: O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: O povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação vinculada á sua cultura e ás suas necessidades.

Baseado em lutas a educação do campo conquistou a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº1/2002) ocorrendo inúmeras outras conquistas para o povo do campo.

As lutas e resistências dos movimentos sociais do campo por uma educação diferenciada logrou alguns êxitos que foram materializados na Constituição de 1988, considerada cidadã e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9394/96), sendo de grande importância para a educação, pois considera a educação como processo complexo e que ocorre tanto na escola como na sociedade.

Como no artigo 23, a LDB diz que a educação em alternância regular de períodos de estudos sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, o que para os cursos do PRONERA/PB tem se traduzido em tempo-escola e tempo-comunidade. Com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política de Educação do Campo desenvolvida em área da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. 24 de abril de 2008 (PRONERA), as escolas do campo permanecem, em sua grande maioria como a essa perspectiva de educação e

continuam em condições precárias. As lutas e resistências dos movimentos sociais do campo por uma educação diferenciada logrou alguns êxitos.

No tocante da pedagogia da alternância, compreende-se como a maneira de desenvolver a formação do estudante do campo, a partir de contato alternado entre o ambiente onde acontecem as aulas e a comunidade como os sujeitos locais, relação sociais, políticas e pedagógicas, entre escola, comunidade, conhecimento, saber, trabalho, trabalhos escolares e etc. É fundamental reforçar que os alunos possam desenvolver atividades que estejam ligadas ao curso e a comunidade local durante todo o tempo de estudos, dedicados para contribuir com a comunidade. É onde se inicia o tempo-escola e tempo-comunidade, sendo assim respectivamente passando o alunado desenvolvendo atividades escolares ligadas as suas realidades e depois o tempo-comunidade passando a visualizar com outros olhos colocando em pratica em sua realidade de vida, as atividades que lhe foram passadas.

Os estudos sobre a Educação do Campo refletem sobre o papel da educação na formação da identidade dos sujeitos do campo e a noção de identidade, vinculada aos elementos dos saberes dos camponeses. Segundo as Referências a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. (REFERENCIAS p. 35)

O conceito de identidade social pode ser entendido como “um conjunto de imagens e símbolos compartilhados por um conjunto de sujeitos, correspondendo a uma representação coletiva que tem na linguagem um componente fundamental”. (BATISTA, 2007, p.179). Batista destaca também outro elemento significativo da Identidade que é o sentimento de pertença a um grupo, movimento social, ou categoria social.(p.180).

A educação do campo também se propõe a afirmar o pertencimento dos camponeses à uma comunidade como aparece no documento referencias para uma política de Educação do Campo, do MEC “(...) Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade e um sentimento que move os sujeitos a defender as suas idéias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração (REFERENCIAS p. 36).

Batista destaca alguns elementos que embasam a construção de um paradigma de educação construído pelos sujeitos coletivos:

a busca de uma identidade política de movimento e de classe pelo conceito de camponês, como elo entre os diversos sujeitos envolvidos na luta pela terra e no trabalho no campo; a terra como instrumento de vida, de cultura, de produção; o trabalho camponês como princípio educativo; a valorização da cultura camponesa, da experiência de vida dos sujeitos do campo; a educação como instrumento intrínseco ao projeto de sociedade e de desenvolvimento que defendem. (2007, p.176)

Refletindo o processo de construção e reconstrução de identidade pelos seus próprios sujeitos como os mesmos identificar as dimensões fundamentais da luta política, não tem como citar os percursos históricos da humanidade, na modernidade e sua possível superação: a constituição do espaço que viria a ser o da pós-modernidade. Segundo Hall (2011), com o iluminismo no século XVIII a identidade nascia com o homem e iria se desenvolvendo com o decorrer do tempo, como algo essencial na vida pessoal e profissional do ser humano. E assim sendo modificado o conceito e objetivo da identidade ia se constituindo com o eu e a sociedade no espírito. Com o questionamento dos valores, crenças, conceitos, como a ideia de essência, progresso, de sujeito uno, dotado de uma consciência, próprios da modernidade, é superada também a noção de identidade como algo fixo, perene, mas, ao contrário como algo em constante construção, mas que não perde a essência de ser construída no processo social.

De acordo Tomás Tadeu da Silva (2000) a identidade é a referência que define a diferença entre os seres humanos, e que traz uma relação de estreita dependência com as diferenças que permeia a identidade. O conceito de identidade no singular é o mesmo que dizer sou brasileiro, tornando-se uma positividade individual do eu, sendo assim autocontida e auto-suficiente, fazendo pensar que não sou uma inglesa, e com essa afirmação compreendemos a afirmação referente a identidade.

Entretanto neste estudo, partimos da noção do sujeito da pós-modernidade, na qual a identidade é construída e reconstruída incessantemente face aos contextos sociais, afetivos e culturais. Pois ela se dá a partir da nossa socialização com a família, escola e por todas as instituições agregativas, assim nos ajuda a compreender o nosso território e as nossas relações com o meio social. Mesmo impregnada desta finitude, a identidade é fundamental a vida das pessoas, como assinala Gatti (2011), ressaltando a dimensão social da identidade: “a identidade permeia o modo de estar no mundo e no trabalho dos homens em geral, e no nosso caso particular em exame, do professor, afetando suas perspectivas perante a sua formação e as suas formas de atuação profissional”. (GATTI, 2011, p.161). De acordo com esta autora não poderia ser diferente com a categoria de

professores, pois são seres sociais concretos que possuem valores, crenças, atitudes e outros, como qualquer ser profissional, mas o que identifica as diferentes identidades entre si é a motivação, interesses, o gostar, ressaltando, por outro lado, a dimensão da subjetividade humana implicada na identidade. Compartilhando este sentido também assinala ROMANOWSKI: “Essa identidade não é dada, ao contrário, é construída tanto pelo indivíduo ao longo de sua vida, como pelo coletivo de profissionais de uma determinada categoria de trabalhadores”. “(2006, p.20)”.

Neste sentido também se posiciona Santos considerando as identidades como construções culturais não sendo rígidas ou imutáveis, mas resultantes de processos transitórios e fugazes de identificações, mesmo a identidade aparentemente solidas como “homem, mulher, país africanos, latino, europeu escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constantes processos de transformação” (SANTOS, apud GARCIA, 2006, p.28).

No caso do magistério dos anos iniciais da escolarização do campo, esse traço é particularmente importante ao estudo do ser docente. O seu exercício foi amplamente delegado ao campo do privado, cuja prática foi considerada natural, sendo assim elaboradas por superiores sem nem ao menos conheceras particularidades do povo do campo, devido aos encargos sociais a elas atribuídos, no tocante à educação conforme a realidade do meio em que vive. Nesse contexto de opressão ideológica, poderemos mencionar os escritos de Freire em seu livro, *Pedagogia do Oprimido* (2009) quando o mesmo escreve sobre uma educação opressora a qual ele a nomeia como uma “*Visão bancária da educação*”, onde há ideologicamente um “senhor e servo” e nesse contexto poderemos aludir a opressão sofrida na educação no campo e do campo durante o processo educativo inicial e ao longo da história.

Ao analisarmos alguns registros históricos da educação no nosso país no tocante da Educação do Campo, percebemos desde o início que se concretizava na história da educação brasileira uma luta injusta, que tinha como foco o “poder, soberania e intelectualidade” educação rural x educação urbana. Segundo Carvalho, Andrade e Menezes (2009), gênero se conceitua da seguinte maneira: “É uma estrutura de dominação simbólica (ideologia), um princípio de organização das práticas sociais (divisão de trabalho) e uma estrutura psicossomática (habitus, identidade)”.

Agora, em pleno século XXI, diante de mundo globalizado, perante a desigualdade, diversidade, lutas sociais buscando direito de inclusão e alteridade, presenciando a disparidade de um mundo cada vez mais excludente, e tendo como parte

as divergências das representações sociais que é uma das bases fundamentais para a construção da identidade está o docente em formação.

É nesta situação que vemos a preocupação de haver uma abordagem sobre como está sendo construída a identidade dos futuros professor dentro da Academia na atualidade, partindo do pressuposto que o professor é um ser social e que tanto sua formação quanto a educação traz uma série de consequência dessa globalização que apresenta consigo um universo de diferenças, um mundo heterogêneo para dentro da sala de aula, Gatti (2011). É que a identidade tem sua construção através da sua subjetividade, porém, inesperada de uma cultura e uma historicidade, tendo assim uma semelhança com a produção da representação social.

Sabemos que a profissão docente e gestor do campo já é uma realidade existente há alguns séculos e que essa docência está sempre em movimento cuja concepção perpassa por um conjunto crenças e valores que envolvem esse profissional por ser em primeiro lugar um ser real e que, no entanto não é levando em conta, se tornando um indivíduo invisível (Gatti, 2011), mas que tem a “obrigatoriedade” de formar o alunado como também ser mediador da construção da identidade desses sujeitos para exercerem plenamente sua cidadania na sociedade.

Nesse sentido, desejamos que haja uma contribuição para um novo olhar tanto do docente como do discente para essa temática que permeia as entrelinhas da gestão e do ambiente educacional.

3 LEGISLAÇÃO

A gestão democrática tal como se conhece hoje é incluída como princípio na atual Constituição Federal do Brasil (1988, Art. 206), tendo como objetivo organizar o ensino de qualidade com a participação da sociedade civil. A atuação pedagógica da escola precisa perpassar esta realidade. Isto também nos diz o 1º artigo da LDB (9.394/96): A educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social, e acrescenta: “Toda educação escolar terá de vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Estando aí a marca da luta não só do trabalhador do campo como também do trabalhador em Educação do Campo.

A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares. Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 2º da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática.

O Decreto nº 7.352/2010 garante o estatuto de política de Estado à Educação do Campo. No Art. 1º afirma “A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste decreto”.

Ressalta-se também, no artigo 2º a definição dos princípios da educação do campo: respeito à diversidade do campo em seus aspectos diversos; incentivo à formulação de projetos político- pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares; desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos e controle social da qualidade da educação escolar. Pois percebe-se que os movimentos sociais são contemplados na lei.

Com a criação do PRONERA, as escolas do campo permanecem, em sua grande maioria como a essa perspectiva de educação e continuam em condições precárias. As lutas e resistências dos movimentos sociais do campo por uma educação diferenciada logrou alguns êxitos, que foi inserido na Constituição de 1988, considerada cidadã, e na LDB (Lei de Diretrizes E Bases da Educação Nacional), de N°9394/96, sendo de grande importância para a educação como processo complexo e que ocorre tanto na escola como na sociedade.

No parágrafo primeiro do artigo primeiro da LDB, está escrito que esta lei foi criada para disciplinar a educação que ocorre na escola, seja ela pública ou privada. Em seu artigo 23, a LDB propõe a educação em alternância regular de períodos de estudos no processo de aprendizagem, assim recomendar, o que para os cursos do PRONERA/PB tem se traduzido em tempos – escola e tempo- comunidade.

Um papel fundamental para que os estudantes não se ausente da sua família, para passar vários anos distantes de seus familiares, se privando do convívio com a família e da realidade do campo que é o seu trabalho e luta pela sobrevivência, podendo conciliar os horários de estudo e trabalho na comunidade, para garantir o seu sustento e de sua família. A pedagogia da alternância, compreendida como a maneira de desenvolver a formação do estudante do campo, a partir de contato alternado entre o ambiente onde acontecem as aulas e a comunidade, é fundamental reforçar que os alunos possam desenvolver atividades que esteja ligada ao curso e a comunidade local durante todo o tempo de estudo s, dedicados para contribuir com a comunidade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a Educação do Campo, dedicou um Art. 28 específico a educação que deve ser destinada ao camponês, o que foi um avanço enorme em relação a antiga LDB de 1961, que negligenciou as possibilidade de salientar o espaço rural como espaço educativo. De acordo com a LDB, Lei n°9394/96 Temos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural, e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (Resolução CNE/CEBn°1, de 03 de abril de 2002).

Neste artigo, houve o reconhecimento legal de que a escola do campo deve levar em conta de que há um diferencial e que deve pôr em prática de maneiras diferentes a área urbana. O inciso I propõe que os currículos e metodologias de ensino e aprendizagem, devem ser trabalhados de acordo com a realidade de diferentes regiões rurais do país, não significa que é só na zona rural que deve diferenciar, mas são diferentes entre si e, por tanto considerar suas especificidades.

Os incisos II e III há uma preocupação de como pensar em uma maneira prática de se pensar em trabalhar na escola e como irá educar de forma social numa sociedade que tem suas especificidades em relação ao plantio e colheita com a realidade de suas práticas sócia cultural ao incentivo ao trabalho desenvolvido no campo.

O artigo 28 da LDB possui, dentre outras funções, a de direcionar para praticas pedagógicas peculiares às realidades dos campos do Brasil eliminando as influencias urbanas fora do contexto com a realidade nos espaços rurais, levando em conta seus reais interesses do desenvolvimento do campo, enquanto vivem do trabalho e o espaço em que vivem. O Estatuto da Terra, Lei N° 4.504, de 1964, em seu artigo 4° do inciso VII, define como "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada. Naturalmente, esta lei que até hoje é usada como manual dos movimentos sociais para libertar a terra do latifúndio, é conhecido como parceleiro o assentado rural, por receber uma parcela da terra.

O assentamento rural tem como atualmente fazer com que a terra cumpra a sua função social que compreende a manutenção de *“níveis satisfatórios de produtividade e favorece o bem – estar dos proprietários e os trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias”* (Estatuto da Terra, art.2° 1°). A Constituição Federal de 1988 também estabeleceu os princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares. Enquanto a lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 2 14 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9°), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática.

A Educação do Campo no decorrer dos anos, vem passando por discriminações, sendo excluídos do próprio município, no qual deixa a desejar principalmente nos

recursos didáticos, sabemos que sem os respectivos recursos apropriados não se pode promover educação de qualidade, neste caso os educadores compromissados com a educação do campo.

Entretanto é de extrema importância ampliar uma nova visão em relação à Educação do Campo, deste modo deixando evidente o quanto ela é rica no ensino/aprendizagem dos educando. O artigo 206 prescreve que deve haver [...] “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a Educação, é direito de todos e dever do estado e da família” (artigo 205).

Traduz-se que o Brasil tem avançado para uma boa educação, ainda das inúmeras faltas que de fato existem, causando lacunas no desenvolvimento da aprendizagem, atrasando grande parte dos alunos do campo, pois de alguma forma encontram-se excluídos do meio urbano, não se pode desistir de assegurar uma educação íntegra para os educando, que tem seus direitos garantidos após a implementação da LDB Lei Diretrizes e Bases da Educação, CNE Conselho Nacional da Educação e demais garantias incorporadas com as Diretrizes Operacionais para Educação Básica do campo, priorizando o direito do educando.

Na LDB (Lei Diretrizes e Bases da Educação), é evidenciado que “o tratamento da educação no campo no âmbito do direito a igualdade e do respeito às diferenças”. Neste caso a educação do campo não poderá ser organizada de forma aleatoriamente, mas em sala de aula. Conforme o artigo. 23:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternâncias regular de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (Resolução CNE/CEBn°1, de 03 de abril de 2002).

Observa-se que o trabalho do educador só tende a melhorar, portanto a educação em salas seriadas, visto que são várias turmas em uma sala não rende êxito, para que o ensino e aprendizagem dos educandos do campo. Apesar da resolução 02/2008 que seu art. 3º, parágrafo 2º afirmar que “Em nenhum as hipóteses serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças no Ensino Fundamental.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Conforme Ferreira, Reis e Pereira (1999, p.6) “a palavra gestão tem origem latina, genere, que significa conduzir, dirigir ou governar”. A palavra Gestão democrática é fundamental para exercer a cidadania.

Na constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) certamente na sua elaboração, em diversos setores da sociedade e em especial aos docentes, embora estavam ainda por cima no sentido da democratização das políticas públicas de educação, daí implementaram no art. 206, a gestão democrática da educação do ensino público como um de seus princípios brasileiros (AGUIAR, 2008). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme o inciso VIII do art.3º, “gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino. Segundo Paro (2003) A gestão democrática da escola, já está necessariamente implícita a participação da população em tal processo . “Valoriza, portanto, a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca do consenso” (LÍBANELO, 2008, p .132).

Aguiar (2008) e Dourado (2006) afirmam ainda que é uma política, pois, é direcionada a ampliação dos espaços oferecidos nas escolas básica, temos um exemplo que é o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, mas que seja implementado o conceito de gestão democrática, envolvendo professores, funcionários, alunos e pais e representante da comunidade local. A percepção de liderança é justamente onde ocorre em grupos humanos interligados numa coletiva.

Dizemos que uma organização caracteriza-se por um grupo de pessoas reunidas com metas e objetivos afins. As organizações facilitam a vida em sociedade porque buscam a otimização de metas. Desde que nasce o indivíduo aprende regras e normas que ele deve seguir para estar inserido num determinado grupo e, à medida que amadurece, ele vincula este conjunto de valores às próprias atitudes e ações. Neste sentido, quando uma organização engloba valores e possui propósitos que atingem a interação entre pessoas, temos caracterizada uma instituição. Segundo Canterli (2004, p.33), as instituições

[...] são organizações que incorporam normas e valores considerados valiosos para seus membros e para a sociedade. É produto de necessidades e pressões sociais valorizadas pelos seus membros e pelo ambiente, preocupados não apenas com lucros ou resultados, mas com a sua sobrevivência e perenidade. São guiadas pelo senso de missão. Nas Instituições as forças e pressões sociais atuam como vetores que moldam o comportamento das pessoas.

Analisando a escola sob esta ótica, veremos que ela assume características de uma instituição, mas também não deixa de ser uma organização. Para Capanema (1996) a escola é uma instituição que apresenta características peculiares, que dizem respeito a sua função social, traduzindo-se como “[...] um *locus* privilegiado para a aquisição de conhecimento sistematizado que desenvolve habilidades indispensáveis ao sucesso na vida pessoal e no trabalho”. O ambiente escolar é um lugar onde as ações nele desenvolvidas centralizam-se nas relações entre as pessoas, considerando seus valores. Portanto, neste trabalho, adotamos o termo “instituição” para nos referirmos à escola, julgando esta designação bem adequada ao tema em debate: violência escolar.

No tocante à tomada de decisões na instituição escolar, perceberemos que ela está vinculada à interação entre pessoas, à forma como se comunicam e aos objetivos pedagógicos pretendidos. É a gestão que irá administrar estes processos que se constituem de etapas, de tarefas executadas com vistas a uma realização final. Até chegar-se a uma determinada decisão e fazê-la funcionar de forma que uma situação seja modificada ou mantida, ocorre à formação de um ou vários processos. Quem administra e conduz este caminho processual são os membros da gestão (cf. LIBÂNEO e TOSCHI, 2003).

A cultura também é fator determinante no quadro da gestão das instituições. Aparece de duas formas: cultura instituída e cultura instituinte. A primeira refere-se às normas legais definidas por leis e órgãos oficiais. A segunda resulta da relação entre as pessoas. Cultura envolve valores, crenças, histórias, experiências, enfim, tudo aquilo que perpassa pela experiência e criação humana. O espaço cultural é fator preponderante na gestão de uma instituição.

Existem modelos diferenciados de gestão escolar e estes também dizem respeito à cultura institucional. Levar em conta esta cultura significa respeitar as pessoas, seus diferentes posicionamentos, sem perder de vista a missão da instituição. Cabe aos gestores à tarefa de estabelecer acordos dentro deste espaço, conciliando diferentes concepções, abrindo campos para a discussão, levando em conta as peculiaridades de cada um dos atores que atuam no espaço educacional.

Dentre os vários modelos de gestão, não podemos dizer que há rigidez e concepções estanques. Na maioria das vezes as instituições adotam características de mais de um modelo, sobressaindo-se um deles. Qualquer que seja o modelo adotado, sempre haverá uma intenção política, cultural ou qualquer circunstância que favoreça esta ou aquela situação. Da mesma forma, não há modelo bom ou mau, melhor ou pior, cabendo ao gestor e ao grupo de pessoas que atuam no cenário escolar a busca por ações que estejam devidamente adequadas à realidade local, às necessidades vigentes.

Lima (1996, p. 17) afirma que: “Enquanto construção social, um modelo de gestão é por natureza plural, diversificado e dinâmico, dependendo da produção e da reprodução de regras, de diferentes tipos, construídas e reconstruídas pelos atores envolvidos”.

Com relação à violência escolar, problema de relevância no tocante à gestão escolar, em pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2003), junto a grupos de alunos de diferentes escolas(particulares e públicas) do Distrito Federal, constatou-se que esta instituição, a escola, não tem mais respondido às expectativas do alunado, no sentido de estar resguardados das manifestações violentas presentes, sobretudo, no campo social. Alunos de diferentes contextos revelaram, através da metodologia pautada nos grupos focais, já terem tido contato com atos violentos:

Os participantes tanto dos estabelecimentos oficiais, como dos particulares, tinham conhecimento de pessoas que haviam praticado ou haviam sido vítimas de crimes e contravenções.

A pesquisa revelou, ainda, entre outros fatores detectados, que, de forma geral, nos estabelecimentos de ensino tanto públicos quanto particulares, o processo educativo não tem conseguido atingir integralmente seus objetivos. Problemas como discriminação, consumismo, *bullying* e outros, parecem estar presentes na realidade educacional em campos sociais diversos.

Num mundo onde as mudanças ocorrem muito rápido, a criatividade, a adaptação ao novo e a postura reflexiva podem favorecer a conduta e as ações dos gestores. No quadro atual é necessário o reinventar do cotidiano, de modo a atender à vasta gama de problemas e lacunas que surgem no ambiente escolar, onde a violência ocupa lugar de destaque pelas consequências de curto e até longo prazo que podem vir a se instaurar no quadro educacional. Este é um problema que merece relevância nas discussões educacionais da atualidade.

Neste sentido, o modelo de gestão democrática parece atender às expectativas e necessidades educacionais de nossos tempos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394, de 1996, em seu artigo 14, prescreve que o ensino público deverá ser regido pela gestão democrática. Apesar de ser um termo polissêmico que pode vir a dar margem a diversas interpretações, quando abordamos a “gestão democrática” deixamos bem estabelecida à ideia de que não há mais espaço para uma visão centralizadora de gestão, pois tal prática não condiz com o perfil deste novo século, marcado pela globalização e pelo rápido fluxo de informações. Neste âmbito, Capanema (1996) afirma que “a tendência de descentralização que se verifica em nível de sistemas começa a se estender ao nível da unidade escolar”.

Ressaltamos, no entanto, que um modelo de gestão democrática não significa a garantia de qualidade na educação de uma escola ou sistema educacional. Fatores como a formação de professores e envolvimento destes profissionais no trabalho educativo, bem como as condições físicas dos prédios escolares ou situações sociais e políticas, influenciam diretamente nos resultados educacionais. Existe uma escassez de pesquisas que abordam a relação entre gestão democrática e a qualidade do ensino. No entanto, este modelo de gestão é uma tendência natural desses novos tempos, já que significa ruptura com uma educação pautada na centralização burocrática.

Portanto, quando o assunto é gestão não há receitas prontas, nem sequer a figura dos gestores “salvadores da Pátria”. Os problemas que permeiam a realidade educacional de agora, inclusive a violência escolar, requerem a busca por um trabalho coletivo, uma postura de corresponsabilidade, de construção do todo, numa perspectiva de união e de solidariedade, educação para o exercício da cidadania, baseada no diálogo.

É a gestão, dentro da visão democrática, que irá promover, no ambiente escolar, um clima propício ao prazer de criar, de dialogar com diferentes, aproveitando habilidades e talentos presentes no grupo. Isto, porém, não significa ausência de conflitos, mas sim a administração dos mesmos na busca pelo consenso.

4.1 PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

Os gestores escolares têm um papel primordial nas escolas, uma vez que agem como líderes pedagógicos, priorizando e avaliando os programas pedagógicos, além disso, enfatizando a importância dos resultados obtidos pelos educando. Ao mesmo tempo agem como líderes em relações humanas porque “o gestor deve atuar como, líder, ou seja, formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas se prepará-las para serem abertas às transformações” (TRES, 2010. P.3), enfatizando a ideia de um ambiente escolar positivo, pretende promover o consenso, no qual os objetivos e métodos sejam alcançados de forma eficaz na escola porque quando se constrói uma relação e interação da equipe escolar, o trabalho se torna mais produtivo.

Percebe-se que a motivação não é de responsabilidades só dos gestores, mas aqueles que fazem parte da equipe escolar, como professores e gestores, além de trabalharem juntos para melhorarem as condições da escola e o ensino e a aprendizagem mais eficaz. O papel do gestor escolar abrangem objetivos claros, uma escola boa, para encorajar os docentes, é necessário recurso se é imprescindível para que realize seu trabalho adequadamente tornando-se o ambiente positivo com metas a alcançar, e realizáveis e relevantes, professores que garantam a disciplina em sala de aula, através de capacitação de professores, “os gestores devem conscientizar de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder do que um burocrata. Espera-se dele que assuma a direção como um membro ativo da comunidade escolar” (SANTOS, 2002, p.16).

O professor também tem que se manter uma relação na escola e assim obter êxito, mas os docentes uma vez que se isolam, porque “isoladamente, ainda que haja competência e comprometimento, os resultados do trabalho são quase sempre insignificantes” (BORGES, 2004, in: ANDRADE, 2004, p.42).

A escola como os docentes devem caminhar juntos e só tende a somar os empenhos para se obter resultados, assim atuando desse modo tudo supera, é nessa comunidade local onde se percebe-se que a gestão é participativa, além disso, há um trabalho em equipe, porque o ambiente relacional escolar decorre basicamente dos educadores que nela atuam.

A escola certamente determina as relações internas, inclusive o acolhimento, e do diálogo. No entanto haja desenvolvimento e melhoria na escola “as escolas necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar na resolução de problemas em grupos, capazes de trabalhar junto com educadores e colegas ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquirir as habilidades necessárias” (LUCK ET all., 2002, p. 34). Por isso que o gestor escolar precisa agir como um mediador do trabalho e incluir sua equipe escolar para promover a transformação e o rompimento de paradigmas já existentes numa sociedade que vive em constantes modificações.

5 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CAMPO

A escola para ser considerada pública precisa ter a participação da comunidade escolar, inclusive os gestores, pais, alunos, funcionários, professores e a comunidade local, também uma educação de qualidade para aqueles que fazem parte da escola. Por outro lado, a escola será em vez de pública, “Estadual” Conforme Paro, “a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciada a uma boa educação escolar”.(2005,p.17).

Diante disso, analisamos o desinteresse por um ensino universalizado e de qualidade. Além disso, há uma necessidade da classe dominada com os seus direitos de cidadania plena, reivindicando condições de trabalho e estudo de maneira bem organizada e levada em conta as necessidades locais. Acima de tudo o gestor é imprescindível, em virtude de ser líder educacional que deve servir de exemplo para os que conduzem o processo educativo da instituição. Necessita articular a comunidade escolar do campo por desígnios com a escola, para que haja uma reprodução influente, buscando uma educação transformadora, que desestabilize o ser humano de sua poltrona da acomodação, o tornando-o ativado, crítico e histórico, sendo capaz de atuar de forma participativa em sua comunidade local e plena.

Além de bons salários e de formação adequada, para garantia de uma gestão competente. O gestor preparado é aquele que sabe lidar com os pais e toda a comunidade. É preciso ser democrático e está sempre presente diante de todos que compõem a escola e por sua atuação. É necessário que o gestor esteja atento às demandas da classe docente. Acabar com o isolamento na sala de aula é extremamente importante. Não me parece possível resolver os problemas que a educação brasileira vem acumulando há décadas sem que se ouça o docente, que é o responsável por executar na prática educativa as decisões que a compõe dos políticos. Desta maneira, pode-se dizer que a escola caminhe no sentido de se tornar autônoma, implicando necessariamente nas mudanças do processo decisório dentro da escola, descentralizando-se e horizontalizando-se pelo compartilhamento das responsabilidades com os diferentes intérpretes educativos que constituem a comunidade escolar como: Gestores, Docentes, Alunos, Pais e comunidade. Essas modificações de paradigmas se

estabelecem também no âmbito pedagógico, visto que o planejamento passa a ser participativo, as visões de conjunto das disciplinas formam um conhecimento complexo, num modelo sistêmico em que todo e as partes se integram formando um conhecimento sólido e profundo. Conforme LUCK,

A participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo, pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado (in BRITO p. 128)

Mediante o exposto, compreendemos que o conselho escolar que os demais órgãos colegiados como uma ferramenta imprescindível a gestão democrática. A partir de sua ação dentro da escola a gestão passa horizontalizar-se, onde as ordens não são mais dadas de forma horizontal. Além de possibilitar a participação de todos os atores educativos, onde são representados de acordo com seu segmento (alunos, funcionários, gestor, docentes, pedagogos, comunitários e pais) e de forma paritária, ou seja, em número igual, incluindo direito a voz e a voto nas tomadas de decisões, passando a se sentirem valorizados no âmbito escolar , fiscalizado as prestações de contas de verba repassada para a escola através de unidade executora, deliberando e avaliando a escola e os projetos voltados a sua comunidade escolar, dentro dos condicionantes sócio econômico e no processo histórico em que está inserida.

6 O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO COMO FERRAMENTA DA GESTAO DEMOCRÁTICA

O planejamento aponta rumos a serem seguidos e/ou modificados para atender as necessidades apresentadas. Com isso, as atividades na escola deverão ser desenvolvidas à luz do que objetiva o Projeto Político Pedagógico, percebido como documento apresenta às intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais do coletivo escolar, tendo em vista que o processo de escolarização deve atender a todos os envolvidos na escola, principalmente aos alunos, Libâneo (2003). Para tanto, a escola necessita articular, junto aos seus sujeitos e sua comunidade, mecanismos que possibilitem um planejamento, onde promove a participação, ou seja, um planejamento participativo. Em que as ações coletivas da escola apontam para a mesma direção, com objetivo de definir sua ideia social educacional tendo com isso ações políticas da escola, Gandim (1994).

No Projeto Político Pedagógico (PPP) é necessário analisar e refletir sobre a função social da escola no âmbito da comunidade escolar e externa para resultar dos objetivos, inclusive o da escola. As escolas sempre tiveram dificuldades, principalmente com os recursos financeiros para ser mantida. É necessário elaborar as ferramentas do planejamento com qualidade, e assim, analisando as melhores condições do processo formativo dos educandos. Buscando cumprir o compromisso da equipe escolar com a comunidade local. Como o proposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

Propostas Pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2001, p.25).

O Projeto Político Pedagógico é ter por objetivo um documento que caracteriza e norteia as ações da escola entendendo-a como elaboração de estratégias adaptadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução. Dessa forma, possibilitando melhoria das condições de vida através de uma vivência solidária e colaborativa democrática, onde todo o coletivo participa e tem sua parte de responsabilidade no desenvolvimento da sua comunidade local. Podemos observar que a

escola tem um papel fundamental em propiciar uma troca de conhecimentos, em que os educandos possam levar para a vida toda, no desenvolvimento pelo humano e na formação para a cidadania, favorecendo todo tipo de aprendizado que eles necessitam. Diante disso, podemos compreender que a escola em outras épocas, era para poucos, excluindo a grande maioria da população.

Na Constituição de 1988 e a LDB garantem o acesso e a permanência dos educandos na escola, mas também que a escola de fato se preocupe com o sucesso desses alunos. A cima de tudo, as escolas devem oferecer aos alunos tecnologias da informação para contribuir no aprimoramento e na capacidade da aprendizagem dinâmica.

O Projeto Político Pedagógico, devem ser elaborados com a participação dos profissionais que fazem parte da escola. Entretanto no coletivo, enquanto sujeitos possam sentir o processo de transformação da total realidade da escola. Além disso, uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã.

Diante disso, devemos refletir na escola os valores culturais da comunidade local e da cultura escolar. Extrapolando e ampliando o seu horizonte cultural a partir desta realidade. Desta maneira, a gestão escolar poder ser partilhada e coletiva, como todos os líderes da comunidade local como: conselho escolar, presidente de bairro e moradores da comunidade, deve contribui com a escola.

No entanto, a gestão escolar é fundamental para a formação dos cidadãos que a princípio são conscientes se que tenham uma visão de mundo de uma realidade no meio que vive, visando o bem-estar da coletividade.

Além disso, é importante ressaltar, que a participação é considerada como estratégia política tanto para os setores progressistas quanto para aqueles tradicionalmente não favoráveis às forças populares. Por isto, temos a obrigação de entender a participação de todos de modo a elucidar objetivos emancipatórios de cidadania e de autonomia de sujeitos, e por outro lado, para manutenção de situações de centralização do poder decisório e o domínio de muitos por poucos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se refletir sobre o papel do gestor na escola e necessidade do currículo das escolas da Educação do Campo incorporar temas que sejam significativos para os alunos e professores e toda a comunidade onde a escola está inserida, considerando o contexto de significados e que estejam interligados com a vida e a luta da comunidade local. Que o processo ensino-aprendizagem se dê através de umas práxis que vise transformar a realidade dos sujeitos envolvidos. E o entendimento da implementação de uma prática educacional diferenciada com vistas às proposições e concepções da Educação do Campo percebemos como a escola se torna dinâmica e envolvida com os problemas da comunidade.

Ao longo desse estudo passamos por várias fases da história no tocante à gestão democrática que deixa claro a importância deste profissional evidenciando suas dificuldades, o quanto seu trabalho é essencial na vida das pessoas que moram no campo. Entretanto pode-se afirmar que mediante suas responsabilidades e compromissos com a educação, infelizmente estes profissionais não são reconhecidos como deveriam, pois, os mesmos são formadores de identidades de alunos e demais daquelas comunidades locais que a mesma abrange vários recursos significativos no processo educativo do educando.

Nesse processo, observou-se, a mudança paradoxal da sociedade referente à educação do campo e o seu desenvolvimento e sua autonomia chegando assim ao domínio dessa profissão. Em vista disso vivenciamos uma desigualdade bastante evidente, principalmente na educação do campo, percebendo que o perfil dos gestores do campo não coincide com as dos gestores urbanos, tornando-os vítimas de um sistema opressor governamental. Vale ressaltar que, a relevância da avaliação institucional para que a escola promova reflexões sobre os caminhos que deseja seguir para formar o cidadão pleno, que obtenha sucesso em sua jornada, são muitos desafios para os gestores, além de suas atribuições vão além do que deveriam representar dentro do ambiente escolar, os sobrecarregando - os em diversas funções. Deste modo podemos colaborar por uma educação de qualidade, assim, buscando uma formação adequada, para que os direitos não sejam violados e assim acreditando numa mudança na educação que tenham voz ativa.

Diante do exposto nosso propósito é que esse Trabalho de Conclusão de Curso seja um parâmetro para se repensar de forma mais ampla as questões de condições pedagógicas e de infraestrutura de funcionamento da escola, perceber as dificuldades enfrentadas pelos gestores, professores e alunos como sujeitos que dela participam. Apartamos que a educação é de fundamental importância para o povo no e do campo, não só na conquista dos seus direitos como trabalhadores rurais, mas também para que eles se tornem agentes de transformação do campo., pois, são eles que possibilitarão a transformação da realidade do assentamento e de suas vidas.

8 REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do socorro Xavier. **Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo (Re) constituindo território e a Identidade Camponesa**. In: JEZINE, Edineide ; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org). **Educação e Movimentos Sociais: Novos Olhares**.Campinas, SP.ed. Alínea,2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4/11/2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL.CNE/CEB. Resolução CNE/CEB 1, de 3/11/2016.

_____. Resolução nº 2, de 28/04/2008

_____. Parecer CNE/CEB Nº:1/2006 15

_____. Resolução CNE/CEB 4/2010

_____. Constituição (1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo -GPTEC**: Caderno de Subsídios. RAMOS,Marise Nogueira, MOREIRA, SANTOS, Telma Maria Clarice Aparecida dos. (Coord.). Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político epedagógico da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, n. 5, 2004.

CANTERLI, Nilza Maria. **As organizações do nosso tempo**. Disponível em www.gestiopolis.com/canales/gerencial/articulos. Apresenta informações e artigos sobre gestão. Acesso em 18 de Outubro de 2016.

DECLARAÇÃO FINAL e TEXTO BASE. **II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo**. Luziânia-Go, 02 a 06 de agosto de 2004. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**/ Paulo Freire. –São Paulo: Paz e Terra, 1996(Coleção leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. Impresso no Brasil e m 2009.

GANDIN, L. A. **Projeto Político Pedagógico: Construção coletiva do rumo da escola**. In: LUCE, MEDEIROS, Maria Beatriz, Izabel Letícia Pedroso de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GATTI, Bernardete A. **Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade**. In: Textos selecionados de Bernardete A. Gatti. Belo Horizonte. Autentica, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11. Ed., reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007 p. 318-357.

LIBÂNEO, José Carlos e TOSCHI, Mirza Seabra. **Política, estrutura e organização**. Série Educação Escolar, São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

